O EMPREGADO DOMÉSTICO E O FGTS: DIGNIDADE DO TRABALHADOR E A REALIDADE NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Carlos Henrique Brandão Gomes

chbgomes@hotmail.com

Graduando do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Sete de Setembro

Iluska Querino Estrella Lins Torres

iluskaestrella@hotmail.com

Graduanda do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Sete de Setembro

Fabiene Arrais

fabi_arrais@hotmail.com

Professora da Faculdade Sete de Setembro / Orientadora

RESUMO

O presente trabalho pretende demonstrar de que maneira o empregado doméstico tem a sua dignidade, enquanto pessoa e trabalhador, afrontada pela possibilidade de opção ou não pelo FGTS, por parte do empregador. Através de fundamentação legal e jurisprudencial, definiremos o que é o FGTS, passando pela princípio da dignidade da pessoa humana, perpassando pelo direito ao trabalho digno e culminando com a apresentação dos resultados dos estudos realizados.

Palavras-chaves: Empregado Doméstico. FGTS. Dignidade. Trabalho.

ABSTRACT

This article discusses how the domestic worker has its dignity as a person and worker, confronted by the possibility of choice or not by FGTS, by the employer. Through legal and jurisprudential reasons, we will define what is FGTS, through the principle of human dignity, talking about the right to decent work and culminating with the presentation of the results of the studies.

Keywords: Domestic Worker. FGTS. Dignity. Decent

INTRODUÇÃO

O empregado doméstico se constitui como uma das mais importantes modalidades de mão de obra existentes em nosso país e no mundo. É ele quem cuida dos bens mais preciosos que uma pessoa pode ter, que são seu lar e a sua família. Fazem parte do dia-a-dia de milhões de famílias brasileiras, sendo integrantes da intimidade familiar e estabelecem a manutenção da ordem no ambiente doméstico.

Com raízes no período da escravidão, o serviço doméstico tornou-se estigmatizado, assim como tudo aquilo, seja de ordem objetiva ou subjetiva que tenha ligação com o histórico preconceito racial inerente à própria história humana. Desde os primórdios, os próprios anúncios de emprego doméstico relacionavam a função à cor da pele, o que, conferiu a prestação de serviço doméstico um caractere inferior em relação à prestação de serviços de outras naturezas. Procurar por uma mucama ou criada “preta” era absolutamente normal, num período em que a raça negra era tida como inferior, moral, civil e intelectualmente.

Com o passar dos séculos a humanidade seguiu o natural caminho de por fim a escravidão em respeito à dignidade da pessoa humana, pilar máximo da nossa atual constituição e de outros ordenamentos jurídicos ao redor do mundo. Nesse sentido, o trabalho doméstico, mesmo carregado com uma história de humilhações e diminuído pelas suas raízes, galgou espaços importantes na sociedade e hoje encontra um nível de reconhecimento completamente diferente dentro das famílias particularmente e no mercado de trabalho como um todo.

Hoje, nos grandes centros urbanos e até em cidades do interior, mais desenvolvidas, conseguir bons empregados domésticos é extremamente complicado, aja vista uma série de fatores, incluindo-se o melhor acesso a educação de qualidade, o que possibilita as pessoas buscarem empregos com maior reconhecimento, social, econômico e no mercado de trabalho. O *boom* promovido pelo surgimento da prestação de serviços domésticos como diarista também é responsável pela maior dificuldade em se encontrar pessoas interessadas em trabalhar nesse ramo.

Muitos direitos foram conquistados pela categoria com o passar dos anos, cite-se a carteira assinada, direito a férias e décimo terceiro salário com base na remuneração total, salário maternidade, salário mínimo fixado em lei, repouso semanal remunerado, licença paternidade, aviso prévio, aposentadoria, aposentadoria por invalidez. No entanto, um dos direitos trabalhistas mais importantes, ao empregado doméstico é concedido de maneira condicionada, qual seja a condição, a vontade do empregador em concedê-lo. Trata-se do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, benefício que, como o próprio nome sugere, concede ao trabalhador a garantia de que, findo o tempo de serviço prestado, este terá um fundo de reserva para ser utilizado enquanto encontra novo emprego. Além disso, através do FGTS, o trabalhador pode ter acesso com condições especiais a financiamentos habitacionais, o que possibilita a realização do clichê sempre atual do “sonho da casa própria”.

O presente trabalho pretende demonstrar de que maneira o empregado doméstico tem a sua dignidade, enquanto pessoa e trabalhador, afrontada pela possibilidade de opção ou não pelo FGTS, por parte do empregador. Através de fundamentação legal e jurisprudencial, definiremos o que é o FGTS, passando pelo princípio da dignidade da pessoa humana, perpassando pelo direito ao trabalho digno e culminando com a apresentação dos resultados dos estudos realizados.

1. TRABALHO DOMÉSTICO: VALOR E PRECONCEITO EM ROTA DE COLISÃO

Como foi inicialmente tratado, o trabalho doméstico tem as suas raízes na escravidão e no tempo em que o empregado doméstico era praticamente um móvel da casa, do qual os patrões poderiam dispor da maneira desejada, explorando o trabalho de maneira desmedida e desregulamentada. Ainda, o trabalho, nos tempos idos era considerado negócio para pessoas inferiores, como dispõe Lafargue:

Os gregos da grande época também só tinham desprezo pelo trabalho: só aos escravos era permitido trabalhar, os homens livres só conheciam os exercícios e os jogos da inteligência. Também era a época em que se caminhava e se respirava num povo de Aristóteles, de Fídias e de Aristófanes.

Os filósofos da antiguidade ensinavam o desprezo pelo trabalho, essa degradação do homem livre; os poetas cantavam a preguiça, esse presente dos deuses. (LAFARGUE, 1999, p. 8,9)

Assim, o trabalho, especialmente os braçais e manuais, historicamente eram vistos como atividades inerentes aos intelectuais e socialmente inferiores. Nesse sentido o trabalho doméstico, tipicamente manual, foi compreendido durante séculos como atribuição àqueles que se encontravam num patamar que era submetido à exploração, humilhação e desprezo.

Analisando o trabalho doméstico de maneira a lhe imprimir valor, basta tratar que, na urgência do mundo moderno, os pais e mães de família, muitas vezes não têm tempo para cuidar dos seus lares, restando essa importante tarefa para os trabalhadores domésticos, que, na ausência daqueles, preservam a ordem e

estabelecem serviços de cuidado com os lares, animais domésticos, preparando refeições e todas as espécies de zelo peculiares ao serviço doméstico.

A importância do serviço doméstico é inquestionável, do ponto de vista social. Este se encontra nas mais diversas áreas de atuação, a saber:

É considerado Empregado Doméstico todo indivíduo que presta serviços de natureza contínua e finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial desta, como cozinheiros, babás, governantas, motoristas, jardineiros, porteiros, enfermeiros e outros, que trabalhem, em residências particulares, de forma permanente.

[...]

Os empregados de sítios, chácaras, casas de campo ou praia, trabalhadores braçais que cuidam dos jardins, pomares e cavalos, também estão protegidos pela Lei 5.859/72. São todos considerados Empregados Domésticos que trabalham para pessoas ou famílias sem objetivo de lucro ou finalidade econômica, portanto, ficam excluídos do regime da Consolidação das Leis de Trabalho e das Leis Especiais relativas aos trabalhadores rurais. (PINTO, 2000, p.9)

Vê-se a gama de atividades que são executadas pelos empregados domésticos, o que nos possibilita estender a visão além daquela em que o funcionário do serviço doméstico é do sexo feminino e somente lava, passa, arruma e cozinha. Há muito mais por trás do que se entende por serviço doméstico. É algo amplo, com particularidades próprias e necessidades especiais, que demanda do legislador institutos que possibilitem a proteção e garantia de direitos dessa categoria.

O preconceito com o serviço doméstico, que já fora inicialmente tratado, tem as suas raízes no período da escravidão, e é permeado por toda uma história conhecida pela sociedade de transgressões e situações vexatórias. No entanto, hoje se evoluiu para um patamar de autopreconceito, onde os próprios empregados domésticos percebem o seu trabalho com inferioridade, tendo mesmo vergonha de exigir os seus direitos, prejudicando a si mesmos e a categoria. A expressão “trabalhar em casa de família” é cercada por uma série de preconceitos definidores do empregado doméstico como um ser inferior.

2. TRABALHO DIGNO E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: PRINCÍPIOS BASILARES CONSTITUCIONAIS

A Carta Magna, em seu 1º artigo e respectivo inciso III, traz a Dignidade da Pessoa Humana como fundamento da nação. A importância disso é que, já em seu início, o constituinte buscou demonstrar que, a Lei Maior do país deveria seguir os caminhos necessários para se estabelecer plenamente que esse fundamento fosse respeitado e servisse de base para a legislação infraconstitucional e o ordenamento jurídico como um todo. Na sequência, no inciso IV do mesmo artigo, dispõe sobre o valor social do trabalho amarrando, especificamente em duas pontas mesmo à necessidade de se garantir a dignidade da pessoa e a valoração do trabalho.

Tratamos até aqui da importância do trabalho doméstico, seu respectivo valor e em alguns aspectos, da sua falta de reconhecimento. Paripasso necessita-se discutir de que maneira a condição do trabalho doméstico é afrontada mediante o princípio da dignidade da pessoa humana, a partir do momento em que esta se vê violada cotidianamente pela falta de justa lei que a garanta para esta categoria específica.

A Constituição traz, em seu artigo 6º que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (CF/1988)

Temos o trabalho posto como um direito social, que, apesar de ter proteção constitucional, a realidade mostra que determinadas categorias de trabalhadores encontram-se á margem desta premissa, ou em casos específicos sem a proteção legal necessária.

A Lei 5.859 de 1972 trata especificamente da regulamentação do trabalho doméstico. Ao longo dos anos veio sofrendo alterações no sentido de adequar a condição do trabalho doméstico ás demais atividades laborais. Resultado disso é que hoje temos uma condição legal muito mais humana para a categoria, no entanto, persistindo alguns percalços que necessitam de saneamento.

3. FGTS – SENTIDO, DIREITO E DEFINIÇÃO

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS surgiu da necessidade de se atribuir aos trabalhadores uma segurança quando do fim da relação de emprego. Nesse sentido, a razão de existir do FGTS, além de se constituir como fundo de reserva para o trabalhador buscou a possibilidade de se financiar programas habitacionais, fundados na necessidade humana de possuir o próprio lugar, o próprio teto. Assim:

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço consiste em recolhimentos pecuniários mensais, em conta bancária vinculada em nome do trabalhador, conforme parâmetro de cálculo estipulado legalmente, podendo ser sacado pelo obreiro em situações tipificadas pela ordem jurídica, sem prejuízo de acréscimo percentual condicionado ao tipo de rescisão de seu contrato laborativo, formando, porém, o conjunto global e indiferenciado de depósitos um fundo social de destinação legalmente especificada (DELGADO, 2007, p. 1268).

Percebamos que o legislador, ao instituir o FGTS, buscou além da apropriada proteção e garantia do trabalhador, a utilização dos recursos reunidos em conta administrada pelo Estado proporcionar outras benesses, a título socioeconômico e com a supervisão da Administração Pública. Desta maneira, o FGTS representa muito mais do que segurança e garantia trabalhista, configura a materialização de importantes nuances de dignidade e valoração moral para todas as classes de trabalhadores, com lastro num ordenamento jurídico que busca de maneira indubitável, promover o bem estar social da nação.

4. O FGTS E O EMPREGADO DOMÉSTICO

Vimos a importância do trabalho doméstico para a sociedade e a sua respectiva definição, proteção e garantias específicas. Pois bem, apesar de toda evolução alcançada através das mudanças e quebras de paradigmas estabelecidos, o trabalho doméstico foi contemplado de maneira estranha com o direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, conforme podemos perceber na legislação específica que “é facultada a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de que trata a Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990, mediante requerimento do empregador, na forma do regulamento.” (art. 3º -A da Lei 5859/72).

Ora, temos um paradoxo estabelecido na própria definição do artigo. Sabemos que os direitos trabalhistas são irrenunciáveis e no entendimento jurisprudencial indisponíveis, o que significa dizer que não se pode dispor

sobre os direitos inerentes ao trabalhador, na esteira das garantias mínimas propiciadas ao trabalhador, de um modo geral. Como é possível que se permita que o empregador decida se o seu funcionário faz jus ou não a um direito legalmente constituído como sendo de suma importância para a dignidade do trabalho e da pessoa? A pergunta ecoa de maneira pujante, apesar de se delinear a resposta no sentido de que é impensável uma categoria tão importante ter o seu reconhecimento legal específico achincalhado por uma esquisita exclusão em lei específica.

O texto da medida provisória 1.986-2 é permeado por termos que expressam bem a importância que o ordenamento concede à categoria, já que afirma que: “a inclusão da empregada doméstica no FGTS depende exclusivamente da vontade da patroa, ou do patrão, que não estão obrigados, por lei, a fazer a inscrição ou recolher os valores do benefício”. Notemos o tom do texto legal, quando fala de empregada no gênero feminino e estende ao empregador os dois gêneros, demonstrando o preconceito existente na própria norma. Destarte surge aí a expressão “depende exclusivamente da vontade...”, que joga por terra o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, inerente ao empregado doméstico e o valor social do trabalho, já que, neste último caso, a valoração depende também da vontade do empregador.

O Projeto de Lei 1626 de 1989 visa à alteração de alguns elementos inerentes ao trabalho doméstico, como por exemplo, a criação da categoria de empregador doméstico. Encontra-se em tramitação na Câmara, aguardando apreciação desde 2009. Especificamente em relação ao FGTS existe o Projeto de Lei 3782 de 2004 que, entre outras providências, busca tornar a inclusão do empregado doméstico obrigatória e encontrando-se esse pronto para votação.

Um dos principais argumentos para a inclusão facultativa do trabalhador doméstico no FGTS é o fato de que esta encareça a contratação para o empregador doméstico. Porém além de se constituir, como já dito, uma afronta ao valor social do trabalho, algumas iniciativas legais foram tomadas em duplo sentido. Numa delas, o Projeto de Lei 4897/09 desatrela o recebimento do seguro desemprego à inscrição no FGTS. O que a primeira vista concede uma garantia desonerada ao trabalhador, em verdade o exclui do rol de outros importantes benefícios, como o já citado acesso aos financiamentos habitacionais ligados ao FGTS. Este PL foi pensado ao já citado 3782/04, aja vista o interesse discursivo de direito comum aos dois.

Outra tentativa louvável é a de desobrigar pagamento da multa de 40% sobre o saldo do FGTS por parte do empregador doméstico. Parece ser um incentivo legal interessante, já que ao mesmo tempo em que confere o direito ao FGTS, possibilita ao empregador uma condição menos onerosa para a inscrição do seu funcionário no benefício ora trabalhado.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também aprecia Projeto de Lei que propõe a revogação do parágrafo único do artigo 7º da Carta Magna, o que findaria com a diferenciação entre o trabalhador doméstico e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Trata-se da Proposta de Emenda Constitucional 478/2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho doméstico possui importância imensurável para a sociedade. Reconhecê-lo é de suma importância, especificamente para que se concretize os ideários fomentadores do texto legal defendido pela Carta Magna. Conferir e fiscalizar direitos trabalhistas se caracteriza como a principal forma de dirimir as injustiças sociais cometidas contra trabalhadores. Assim, ao empregado doméstico, tão estigmatizado pela

história ligada à escravidão, é especificamente especial que se cuide para que a categoria tenha direitos preservados de minorias.

Nesse sentido, o artigo buscou demonstrar de que maneira o trabalho doméstico surgiu, tratando da sua importância e da maneira como a sociedade enxerga a categoria. Paripasso apresentou-se a legislação vigente que regula o tema em voga, tratando-se especificamente da ausência de obrigatoriedade para a inscrição do empregado doméstico no FGTS por parte do empregador. Ainda, o artigo trouxe aspectos da dignidade da pessoa humana e detalhes sobre valor social do trabalho e trabalho digno, restando comprovado que a possibilidade do empregador deliberar sobre a inscrição no FGTS seja ofensiva a direitos fundamentais.

O artigo aqui apresentado não pretendeu ser um arcabouço teórico sobre o trabalho doméstico e o FGTS. Buscou delinear o tema de maneira restrita, mas não menos abrangente, a fim de aguçar a curiosidade daqueles que desejem aprofundar o tema, seja através de estudos pessoais ou através de trabalhos acadêmicos. Pudemos perceber durante o processo de pesquisa e escrita que se trata de um tema riquíssimo e de discussão instigante, já que é delineado por uma série de fatores contraditórios e alcançado por linhas de pensamentos distintas e até antagônicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 06/09/2012.
- BRASIL, **LEI Nº 5.859 – de 11 de dezembro de 1972**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5859.htm. Acessado em: 29/08/2012.
- BRASIL, **LEI Nº 8.036 – de 11 de maio de 1990**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8036consol.htm. Acessado em: 08/09/2012.
- BRASIL, **Medida provisória Nº 1.986-2, de 10 de fevereiro de 2000**. Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2000/medidaprovisoria-1986-2-10-fevereiro-2000-370959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 06/09/2012.
- BRASIL, **O Projeto de lei 1626 – de 07 de março de 1989**. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16991>. Acessado em: 08/09/2012.
- BRASIL, **O Projeto de Lei 3782 – de 15 de junho de 2004**. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=257971>. Acessado em: 08/09/2012.
- BRASIL, **O Projeto de lei 4789 – de 24 de março de 2009**. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=425190>. Acessado em: 08/09/2012.
- BRASIL, **Proposta de emenda constitucional – de 14 de abril de 2010**. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=473496>. Acessado em: 08/09/2012.
- CAIRO, José Jr. **Curso de Direito do Trabalho**. 6 ed. Jus PODIVM, 2011.
- CENTRO FEMINISTA de Estudos e Assessoria: **disponível em:**
http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1389&Itemid=129
- DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 6 ed. São Paulo: LTr, 2007.
- LAFARGUE, Paul. **Direito à Preguiça**. ROCKETEDITION: 1999. Disponível em:
<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/direitopreguica.pdf>
- PINTO, Welington Almeida, **O Empregado Doméstico e Suas Leis**. Belo Horizonte: Edições Brasileiras, 2000.

PROJETO de Inclusão do Empregado Doméstico. Disponível em:
<http://www.domesticalegal.com.br/cartilha.pdf>. Acesso em 20/set. 2012.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil. Responsabilidade Civil.** 12 ed. v. 4. Livraria dos Advogados: 1989.